



C A P Í T U L O 4

D. HENRIETTE E A SUMMERHILL DA GUANABARA

Daniel Vilaça dos Santos
(Colégio Pedro II / PUC-Rio)
dvilaca@hotmail.com

APRESENTAÇÃO

Henriette de Hollanda Amado (1913-1994) ingressou no magistério nos anos de 1930 no externato do Colégio de Sion, ainda hoje situado no bairro do Cosme Velho, no Rio de Janeiro. Na década anterior, ela havia completado o curso normal nessa mesma instituição, mas no internato de sua então sede, que se situava em Petrópolis, na região serrana fluminense. Ainda nos anos de 1930, Henriette passou a integrar o serviço público federal, tendo sido lotada no Departamento Nacional de Portos, Rios e Canais, do Ministério da Viação e Obras Públicas. Conciliava a atividade docente com as funções de datilógrafa, as quais seriam sucedidas pelas de Primeiro Oficial Administrativo após um concurso interno.

A entrada para o magistério secundário demarcou um período singular para a trajetória de Henriette. Essa nova frente foi propiciada por sua graduação no curso de Letras Clássicas, pela Faculdade Nacional de Filosofia (FNFfi). Nos anos de 1950, com habilitação para a cadeira de latim, ela prestou concurso para uma vaga pública na rede do Estado e foi designada para o Instituto de Educação, na Tijuca. Em 1957, foi transferida para o Colégio Estadual Brigadeiro Schörrcht, em Jacarepaguá, onde atuou como diretora e desenvolveu um primeiro ensaio didático renovador, o qual lhe franqueou a oportunidade de conceber e capitanear a implantação de uma unidade de ensino no Leblon. Foi, então, no Colégio Estadual André Maurois (CEAM) que D. Henriette criou um lócus de integração entre o experimentalismo e o não-diretivismo, inspirando-se na *Summerhill School* de Alexander Sutherland Neill (1883-1973), um educador escocês que se destacava havia pouco mais de 40 anos como mantenedor de uma das primeiras escolas democráticas, estruturadas em torno dos conceitos de “liberdade, autogoverno e felicidade” (Fortunato; Porto, 2023).

Entretanto, o projeto do CEAM operou por apenas seis anos, entre 1966 e 1971: foi interrompido pelo regime civil-militar, na sequência de uma campanha difamatória da imprensa e de denúncias da espionagem do Serviço Nacional de Informações (SNI). No segundo semestre de 1971, o Departamento de Ordem Política e Social (DOPS), da Secretaria de Segurança Pública do Estado da Guanabara, levou a efeito um processo administrativo disciplinar, cujo mérito impôs à Henriette a transferência de escola, “mesmo que [fosse] no subúrbio”; o retorno à sala de aula, preferencialmente na disciplina de latim; e o afastamento compulsório de quaisquer funções administrativas nos colégios da rede oficial, durante a permanência de Chagas Freitas (1914-1991) no governo da Guanabara (Henriette [...], 1971).

Todas as acusações feitas à Henriette assinalavam o descompasso entre o seu projeto e a ordem educativa que o regime vinha construindo, no sentido de garantir o desenvolvimento e a segurança nacionais. O Estado caminhava para o lançamento de estratégias que englobavam a formação docente, reformas curriculares, programas editoriais, material didático e definição dos conteúdos mínimos, com o propósito de moralizar a cultura escolar e divulgar uma nova interpretação da realidade nacional. No imaginário social militar, o meio educacional estava repleto de agentes que ameaçavam a ordem, como os movimentos estudantis com a suposta influência de comunistas (Martins, 2014). Com efeito, o CEAM materializou todas essas desconfianças: fez-se foco de anarquismo, de apologia ao uso de drogas, de convivência com a “ideologia do palavrão” e toda sorte de condutas licenciosas (Henriette [...], 1971). E D. Henriette, além de inquirida, foi sequestrada, presa e torturada pelo DOPS por um período aproximado de três meses (Carmo, 2018).

Em maio de 1972, o projeto do CEAM foi transformado em livro: *Uma experiência interrompida* (Lidador, 1972, 208 p.) foi escrito por Henriette em parceria com Célia Neves Dourado e Samira Nahid de Mesquita, professoras de português, e Circe Navarro Vital Brazil, psicóloga e orientadora educacional do CEAM. Nos anos de 1980, Henriette ainda publicaria outros três livros: *Exercício de vida* (Codecri, 1981, 171 p.) e *Pavilhão de festas* (Codecri, 1982, 138 p.), duas séries de relatos de memória da mesma editora de *O Pasquim*¹; e *Liberdade com responsabilidade* (Câmara Municipal do Rio de Janeiro, 1986, 86 p.), uma compilação dos discursos que ela proferiu durante a sua atuação como vereadora municipal. Henriette também teve passagens por instituições como o Colégio Pedro II, no Centro, como professora e

¹ *O Pasquim* (1969-1991) foi um jornal de circulação semanal, criado no Rio de Janeiro no âmbito da chamada imprensa alternativa, isto é, uma imprensa voltada essencialmente para questões políticas, cujo objetivo era o de se contrapor à imprensa convencional, envolvendo a manifestação de setores alheios a ela. Tendo sido fundado após a decretação do Ato Institucional nº 5, de 13 de dezembro de 1968, *O Pasquim* distinguiu-se como um relevante espaço de oposição à censura e à eliminação de garantias constitucionais. Seu conteúdo mesclava sátira política e crítica de costumes, que se traduziam organicamente em quadrinhos, charges e entrevistas, além de outros recursos do gênero. Seu corpo editorial era formado por jornalistas, intelectuais, quadrinistas e humoristas como Henrique de Souza Filho, o Henfil (1944-1988); Paulo Francis (1930-1997); Millôr Fernandes (1923-2012); Ivan Lessa (1935-2012); Luís Carlos Maciel (1938-2017); e Ziraldo (1932-2024), dentre outros. (Castro, [s.d.]).

orientadora educacional; a Associação Brasileira Beneficente de Reabilitação (ABBR), no Jardim Botânico, como professora de curso supletivo; e o Colégio Hélio Alonso, em Botafogo, como diretora de ensino.

HENRIETTE AMADO: HISTÓRIA DE VIDA E TRAJETÓRIA PROFISSIONAL

Henriette era natural de Londres, na Inglaterra. Em 1913, seus pais haviam se instalado no bairro de *Shepherd's Bush*: ela, Teresa Motta, estava encarregada dos negócios do pai, um comerciante de café; e ele, Rafael de Hollanda, era estudante de engenharia em uma universidade local. O nascimento de Henriette se deu em contexto de eclâmpsia, um episódio que acometeu sua mãe de limitações neurológicas irreversíveis. Até os cinco anos, a sua criação ficou a cargo de uma governanta, a quem se referia como *Mrs. Talk*. Com a conclusão dos estudos de seu pai, ambos se transferiram para a Paraíba, que à época era governada por seu avô, Francisco Camillo de Hollanda (1861-1946). Rafael era filho único e havia sido chamado para conduzir a diretoria de obras contra as secas. A partir de então a criação de Henriette ficou a cargo de sua avó paterna, Mariana Chaves Augusta de Hollanda (Biserra, 2018). A família se mudou para o Rio de Janeiro ao final do mandato de Camillo, em 1921.

Em 1937, Henriette se casou com Gilson Amado (1908-1979). Ela o havia conhecido três anos antes, em sua fase ministerial. Ela trabalhava para o Ministro da Viação e Gilson compunha o gabinete de Gustavo Capanema (1900-1985), no Ministério da Educação e Saúde Pública. Gilson tinha formação em direito, mas ganhou destaque no rádio e na TV, especialmente na produção de programas educativos. Foi um dos pioneiros da tele-educação, tendo presidido, entre 1967 e 1979, a Fundação Centro Brasileiro de Televisão Educativa, que se tornou a entidade mantenedora da TV Educativa (Canal 2/ RJ) e de prestadores congêneres pelo país (Lobo Neto, 2002).

Henriette e Gilson tiveram uma única filha, Camilla Amado (1938-2021), que construiu uma carreira voltada para as artes cênicas; Camilla foi atriz, diretora e professora interpretação, com trabalhos para teatro, cinema e TV. No tempo em que esteve no Brigadeiro Schörrcht, Henriette uniu a iniciante Camilla Amado à já produtiva Maria Clara Machado (1921-2001), na organização do teatro do colégio. Maria Clara oferecia oficinas de formação continuada aos professores, como encarregada da Diretoria do Ensino Secundário do Ministério da Educação e Cultura (DESe/MEC). Paralelamente, conduzia *O Tablado*, um grupo de teatro amador que ela havia fundado no início daquela década de 1950.

É nas atividades extraclasse que a escola se defende do tédio que escorre de aulas monótonas em que muitas vezes só o professor tem a palavra. Maria Clara Machado e Camilla Amado nos ajudaram muito nesse trabalho que, para nós, adultos, era também uma recreação. Com que prazer, Camilla dirigia *Aulularia!* Ary, intérprete

da peça latina, guarda, até hoje, as melhores lembranças. (Amado, 1981, p. 66; grifo da autora)

As sobreditas oficinas faziam parte da *Campanha de Aperfeiçoamento e Difusão do Ensino Secundário* (CADES), que teve início em 1953 e revelava a preocupação da DESe/MEC com a qualificação e a certificação de professores leigos que atuavam nesse nível de ensino. Aos trabalhos da CADES se somariam, no final da mesma década, as classes secundárias experimentais, consideradas como a mais contundente dentre as iniciativas voltadas para a renovação do ensino secundário. Em 1958, foram publicadas as *Instruções sobre a natureza e a organização das classes experimentais*, autorizando o funcionamento legal de classes experimentais já a partir de 1959, com início preferencial pelo curso ginasial, o primeiro ciclo do ensino secundário. Em sua proposta pedagógica, as classes preconizavam uma abordagem ativa, visando à construção das habilidades individuais e coletivas dos alunos. De inspiração francesa, tal abordagem se traduziria na formação de turmas de, no máximo, 30 alunos, os quais seriam orientados a montar o seu fluxograma, escolhendo entre as disciplinas e as práticas educativas oferecidas pela escola. Aos professores, em especial, seria proposto que organizassem reuniões periódicas para cada turma, a fim de discutir amiúde a realidade do ensino-aprendizagem, bem como estimular os trabalhos em conjunto e as trocas entre as diferentes áreas do saber. As classes experimentais desencadearam a criação de uma nova tradição escolar, em função do relevante número de estabelecimentos aderentes pelo país, principalmente nos estados do Rio de Janeiro e de São Paulo. Tanto assim que em um relatório sobre os quatro primeiros anos de funcionamento das classes experimentais, foi constatado que em 1962 existiam 172 classes experimentais no Brasil, dentre as quais mais de 50% se desenvolviam em território fluminense (Dallabrida, 2017).

Tanto a consecução da CADES, quanto o florescimento das classes experimentais são provenientes do período de pouco mais de 10 anos em que Gildásio Amado (1906-1983) esteve à frente da DESe/MEC². Catedrático de química e entusiasta do experimentalismo pedagógico, pode-se supor que Gildásio tenha sido um interlocutor privilegiado de Henriette em meio ao movimento de renovação didática e curricular que envolvia o ensino secundário dos anos de 1960. Com efeito, Gilson era irmão de Gildásio³ e esse, portanto, era cunhado de Henriette. E o projeto pedagógico

² Gildásio Amado foi nomeado por Jucelino Kubitschek em 1956, seguiu com Jânio Quadros e João Goulart, mas foi afastado e substituído pelo educador Lauro de Oliveira Lima (1921-2013) pelo curto período de 8 meses, entre agosto de 1963 e abril de 1964. Com a saída de Lauro, Gildásio foi reconduzido ao cargo e respondeu por ele até 1968 (Pinto, 2002).

³ Parte de uma família de 15 irmãos, os sergipanos Gildásio e Gilson Amado estavam entre os 5 irmãos que fertilizaram a intelectualidade do século XX. Além deles, cite-se: Gilberto Amado (1887-1969), o primogênito, era jornalista, advogado e farmacêutico, tendo atuado como deputado federal, senador, diplomata e escritor; Gileno Amado (1891-1969) também cursou direito, foi Delegado Escolar, fez jornalismo político, foi prefeito de Itabuna, deputado estadual e deputado federal; e Genolino Amado (1902-1989), que conciliou o jornalismo, a docência de ensino secundário, a literatura, o rádio e o teatro (Amado; Giovanni, 2020).

que Henriette legou ao CEAM guardava muitas afinidades com a cultura escolar (Forquin, 1992) disseminada pelas classes experimentais.

Ao assumir a direção do CEAM, Henriette buscou implementar um ensino secundário renovado em que as diretrizes “educacionais convergiam para o objetivo fundamental de transformar cada classe num grupo de ação criadora”, voltado para a solução de questões-problema (Amado *et al.*, 1972, p.7). Para esse fim, os professores apoiaram-se em Jean Piaget (1896-1980), para quem os adolescentes a partir dos 11 anos são capazes de formular hipóteses e verificá-las, dissociando fatores e interpretando fatos. Valorizando o equilíbrio mental e emocional dos alunos, foi possível perceber que eles conseguiam confiar em suas próprias decisões. Ainda os professores fizeram o curso *Técnicas de Dinâmica de Grupo* com Lauro de Oliveira Lima, com quem discutiram as dificuldades da relação interpessoal, as estruturas dos grupos e seus fenômenos específicos. Assim, para as questões atitudinais e disciplinares, o Colégio adotou o lema *Liberdade com responsabilidade*.

A estrutura pedagógica do colégio tinha duas bases: o Serviço de Orientação Educativa (SOE) e a Seção de Orientação Pedagógica (SOP), sendo esse composto por 15 orientadoras e de estagiárias da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, da Universidade Santa Úrsula e do Instituto de Educação do Rio de Janeiro. A equipe do SOE elaborou fichas de avaliação e autoavaliação para os alunos, realizou pesquisas socioeconômicas e aplicou testes vocacionais. A partir dessas informações foram organizados cinco departamentos: Auxiliar de Ensino, Línguas, Ciências Sociais, Ciências Exatas e da Natureza e Práticas Educativas. O SOP era responsável pela criação de estratégias que permitissem a flexibilização curricular e a diversificação dos programas oficiais, subsidiando a elaboração de métodos de ensino diferenciados entre as diferentes áreas.

Várias atividades do CEAM foram registradas por jornais do período, como: as aulas de ciências na praia da Urca; o uso pioneiro de recursos audiovisuais para as aulas de francês; a criação de um jornal pelos alunos, com fatos históricos anunciados como forma de notícia; a criação de um cineclubes aberto aos moradores da cidade; e a formação de um grupo de teatro experimental. Os professores organizavam palestras sobre os temas em discussão na época, como as questões ecológicas, a construção da Transamazônica, a criação da Embratel e o Projeto Rondon. Médicos eram convidados para debater sobre as pílulas anticoncepcionais e os transplantes. Em parceria com a Fundação Oswaldo Cruz, foi feita uma experiência sobre o impacto das drogas em camundongos, ficando os alunos encarregados de registrar as alterações no comportamento dos animais. Foi criado um círculo de pais, onde responsáveis e alunos discutiam questões que os mobilizavam em seu cotidiano. Havia aulas de educação sexual.

Em entrevista ao *Correio da Manhã*⁴, em 1969, Henriette Amado explicou da seguinte forma o seu projeto de escola:

[...] duas modificações fundamentais ocorreram relativamente à função desempenhada no grupo pelo professor e aluno. De simples transmissor da verdade, o professor passa a ser um criador de situações-problema e fornecedor de dados capazes de favorecer o encontro de soluções. O aluno é estimulado a duvidar. Se ele não duvida, não tem problemas para solucionar e sem problemas ele não levanta hipóteses explicativas. O aluno, de mero receptor, transforma-se em elemento atuante na busca em comum de soluções para o problema proposto. Torna-se nítida, então, a dinâmica do grupo e a função que cada elemento desempenha no contexto. (Unir..., 1969, p. 5)

A propósito, o periódico supracitado havia se tornado um lócus de apoio ao trabalho de Henriette, pelo número de citações e notícias que eram publicadas a seu respeito desde o início da década de 1960. Mesmo em um levantamento não exaustivo, ainda é possível elencar indícios relevantes sobre o capital social de Henriette (Bourdieu, 2014). Em 1961, saiu uma nota sobre um curso de *especialização em classes experimentais*, em cuja lista de docentes havia *reconhecidas autoridades* como Henriette e de Gildásio Amado. Em 1962, Henriette instou contra o currículo descentralizado, em um artigo de uma série de primeira página que apontava as dificuldades na implantação do modelo da Lei de Diretrizes e Bases de 1961. Em fevereiro de 1964, Henriette foi citada em uma coluna social por sua presença nos festejos pelas bodas de prata de Carlos Flexa Ribeiro, então Secretário de Educação da Guanabara. Já em outubro de 1964, seis meses após o golpe militar, uma crônica da coluna *Bom dia, Rio* criticou o episódio da saída de Henriette da direção do Colégio Estadual Brigadeiro Schörrcht, como um ato solidário e de resistência à demissão arbitrária de dez professores do quadro do colégio. Por dois anos seguidos, 1966 e 1967, o editorial *Ensino* citou Henriette em sua *lista de professores mais destacados*, como sendo o destaque da categoria *ensino secundário*. E em 1968, a página 3 do *Caderno Feminino* dedicou todo o seu espaço central à reportagem *A alegre escola de d. Henriette*. Escrito em tom ameno, o texto veio na contrapartida de um momento de excitação, em que Henriette respondia a denúncias de encobrimento de uso de entorpecentes no colégio; dali a nove meses essa excitação se exacerbava mediante a decretação do Ato Institucional nº 5 (AI-5) e o acirramento do autoritarismo político dos militares. No destaque abaixo, Henriette expôs o modo como enxergava e administrava os diferentes comportamentos e posicionamentos dos alunos dentro do colégio:

Aqui, seguimos as linhas de orientação do [sic] Summerhill, através da experiência de Neal [sic], seu iniciador, claro que adaptando ao nosso ambiente. Liberdade sem medo, sem hipocrisia, mas com respeito. Pobres e ricos, num total de três mil alunos, desfrutam das mesmas regalias, tais como aulas audiovisuais, palestras com políticos, padres, sociólogos, professores, os melhores do Rio, cinema, auditório, campos de esporte. [...] Cada um pode ter a ideologia que quiser, bastando que respeite o nome

⁴O *Correio da Manhã* (1901-1974) foi um periódico de grande tiragem e circulação diária nacional. Destacou-se por uma ética própria e um estilo refinado e impactante. Durante a ditadura, adotou uma linha editorial de resistência, que gerava identificação com as classes e questões populares (Leal, [s.d.]).

do colégio, o que sempre lembro em minhas palestras com os alunos. Não me dão trabalho: fazem o seu jornal, criticam o que querem criticar, têm o seu grêmio e dois partidos dentro dele. Os *esquerdinhas* criam sempre mais confusão, porém, no fim, depois de pedir que façam o que quiserem, mas respeitem o nome do colégio, eles entram em acôrdo e ficam todos satisfeitos... (Barros, 1968, p. 3, grifo meu).

O propalado capital social de Henriette remetia, sobretudo, à soma de suas relações familiares e suas cercanias, entre as quais havia os *manos* de Gilson, amigos próximos que formavam uma ciranda em torno de Henriette. Entre o Distrito Federal e o Estado da Guanabara, essa ciranda foi formada por um prefeito, três secretários de educação e um desembargador, incluindo um ministro que foi signatário da Lei de Diretrizes e Bases de 1961 e era considerado como o *guru* do grupo.

Os amigos de Gilson estiveram muito tempo presentes na nossa vida e os chamávamos, carinhosamente, de *manos*. [...] San Tiago, uma espécie de guru a quem todos consultavam. Um riso aberto, um coração grande, uma inteligência que nem Gilson ousava discutir. [...] foi San Tiago que me induziu a fazer o curso universitário [de Letras]. Era diretor da Faculdade [Nacional] de Filosofia [FNFI] e mandou que me inscrevesse. Ouvi vários dos seus discursos. [...] Se precisava de um juiz, Salvador Pinto aconselhava a consulta certa. [...] Dentre os *manos*, graças a Deus, um deles foi Prefeito: José Sá Freire Alvim, que compreendeu e aceitou as minhas experiências no campo educacional. [...] Dois Secretários de Educação: Flexa Ribeiro e Americo Lacombe. A luzinha vermelha do gabinete nunca se acendeu para mim. Recebiam-me com a paciência de *manos* escolhidos e ouviam-me com certa curiosidade (Amado, 1981, p. 79-80).

Paralelamente, Henriette também formou a sua própria comunidade de influência, reunindo professores que partilhavam do ideal de “uma escola diferente”. Entre eles estava Myrthes de Luca Wenzel (1917-2004), Inspetora Federal do Ensino Médio do MEC. Em uma entrevista transcrita por Lôbo (2002), Myrthes revela como influenciou Henriette na formação do corpo docente do Colégio Brigadeiro Schörcht. No trecho que se segue, ela se refere aos colegas de quem havia se aproximado na década de 1950, enquanto cursava Geografia na Universidade do Distrito Federal.

Eu sou fundadora daquele grupo de professores que Henriette reuniu no Brigadeiro Schörcht... os professores do Brigadeiro implantaram uma escola diferente... fornecendo aos seus alunos a oportunidade de desenvolvimento intelectual e emocional, ensinando os alunos a amar o saber, a buscar o saber, aprender a aprender, a gostar da arte, da música, da pintura... a participar dos clubes de Geografia, de Ciências, de Inglês e Francês. [...] E, assim, tivemos uns anos muito agradáveis... tudo começou lá, no Brigadeiro Schörcht, colégio dirigido pela ilustre educadora Henriette Amado, a quem presto minha homenagem. (Wenzel, depoimento, 2001 *apud* Lôbo, 2002, p. 6-7)

Tanto para Myrthes, quanto para a educação fluminense, a experiência no Brigadeiro Schörcht é tida como um divisor de águas, pois estimulou a materialização de um de seus principais projetos - a criação do Centro Educacional de Niterói (CEN), em 1960. Segundo Santos (2013, p. 219, grifo do autor), o CEN se tornou “um importante *locus* de formação de professores e capacitação técnica de administradores educacionais de municípios fluminenses”. Em 1975, Myrthes tornou-se Secretária de Educação e Cultura do primeiro governo formado com a fusão dos Estados da

Guanabara e do Rio de Janeiro. Em sua gestão, implantou o Laboratório de Currículos, tendo referendado a instituição de escolas experimentais no Estado, a exemplo do CEN, e, por extensão, do Brigadeiro Schörrcht (Lôbo, 2002).

Entrevistada para a edição de 20 de junho de 1980 da *Tribuna da Imprensa*⁵, Henriette fez um balanço de sua trajetória como professora da rede oficial do Estado. Ocupando mais da metade da página, a entrevista discutiu a política educacional de então; avaliou as condições de trabalho e valorização docente; defendeu a importância seminal da renovação didática, criticando a inutilidade das aulas expositivas, chamadas de *cuspe-giz*; e visitou a experiência do Colégio Estadual André Maurois, destacando as suas histórias, sujeitos e práticas. Questionada sobre a interrupção dessa experiência, Henriette não hesitou e apontou a perseguição do *Diário de Notícias*⁶:

Houve uma campanha dirigida pelo *Diário de Notícias*, sabe. Uma coisa tão triste! Um rapaz foi me pedir para fazer um curso de jornalismo com os alunos. Eu achei maravilhoso, mas ele se aproveitou disso e passou a tirar fotografias, sabe como é que é. Enfim, tudo muito tendencioso, muito desagradável. Eu fiquei muito chateada, mas esperei a reação partir dos alunos: passou uma semana e o colégio estava coberto de faixas e mais faixas feitas por eles: “respeitem a nossa liberdade”, “Bolinha aqui só de gude”. E teve o movimento da outra imprensa, a imprensa favorável, que foi uma coisa muito bonita. (Henriette..., 1980, p. 9)

Ao final dessa entrevista, Henriette esclareceu o que lhe aconteceu após a dispensa do cargo de diretora do André Maurois. O inquérito que sofreu foi federalizado por Chagas Freitas, já que a Guanabara não poderia aplicar o AI-5. O ministro da Justiça de então, Alfredo Buzaid (1914-1991), ainda que defensor de primeira hora do AI-5, determinou o arquivamento do processo, ordem que Chagas Freitas não cumpriu. Esse processo só seria arquivado pelo primeiro governador da fusão, Faria Lima (1917-2011), o mesmo que escolheu Myrthes Wenzel para ser a sua Secretária de Educação e Cultura. Entretanto, Henriette continuaria a ser perseguida. Uma vez Secretária, Myrthes nomeou Henriette para uma das comissões sob sua responsabilidade, mas essa nomeação foi coibida uma semana depois. E mesmo Arnaldo Niskier (1935-), Secretário de Estado de Educação e Cultura entre 1979 e 1983, e amigo de Henriette, considerou mantê-la afastada das salas de aula, ainda que ela continuasse recebendo o seu ordenado; afinal, sua secretaria respondia à Chagas Freitas, desta feita governador do Estado do Rio.

⁵ A *Tribuna da Imprensa* foi fundada por Carlos Lacerda em 27/12/1949, no Rio de Janeiro, como um jornal diário e vespertino. Com Lacerda, notabilizou-se pela oposição ao comunismo e ao nacionalismo exacerbado. Em 1961, foi vendida a Manuel F. N. Brito, que fracassou em seu projeto e a repassou a Hélio Fernandes em 1962. Em 1964, respaldou o golpe que depôs o presidente João Goulart, mas voltou a fazer oposição ao governo logo que foi decretado o Ato Institucional nº 1, em 9 de abril. Em 2008, a circulação impressa deu lugar edições online, o que não durou mais do que 2 meses (Leal, [s.d.]). Em 2022, o formato online foi reativado com o propósito de recuperar o tom crítico e combativo dos primeiros tempos do jornal.

⁶ O *Diário de Notícias* (1930-1976) foi um periódico carioca de circulação diária e inserção nacional. De tradição matutina, demarcou uma linha editorial favorável às concepções do Estado do pós-64 (Ferreira, [s.d.]).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como vereadora, Henriette transitou entre a Educação, o Teatro e a Justiça Social. Entre 1983 e 1987, ela obteve a aprovação de 14 leis, dentre as quais 11 ainda permanecem em vigor⁷. Em 1990, Henriette dividiu o palco com sua neta, Rafaela Amado, em uma peça dirigida por Camilla Amado. Tratava-se de *O mistério do amor*, uma versão alternativa da Paixão de Cristo, na qual Henriette atuou como Santa Ana, a avó de Jesus (Spitz, 1990). Como homenagem póstuma, o nome de Henriette Amado foi atribuído a dois espaços públicos: uma escola do município de Itaperuna, no noroeste fluminense (Brasil. Câmara Municipal do Rio de Janeiro, 1995); e uma avenida de 350 metros de extensão, sendo uma das ruas transversais à avenida Dom Hélder Câmara, na altura do bairro do Engenho de Dentro, na zona norte do Rio de Janeiro (Município do Rio de Janeiro. Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, 1996).

Palavras-chave: Henriette Amado. Colégio Estadual André Maurois. Regime civil-militar

REFERÊNCIAS

AMADO, Giovanni. **A genealogia dos Amado no Brasil:** memória e patrimônio, iconografia e genealogia. [s.l.: s.n.], 2020.

AMADO, Henriette *et al.* **Uma experiência interrompida.** Rio de Janeiro: Editora Lidor, 1972.

AMADO, Henriette. **Exercício de vida.** Rio de Janeiro: Codecri, 1981.

BARROS, Teresa. A alegre escola de D. Henriette. **Correio da Manhã**, Rio de Janeiro, p. 3, 10 mar. 1968.

BISERRA, Ingrid Karla Cruz. A gestão de Camillo de Hollanda na Parahyba (1916-1920): redes de sociabilidade e atuação política. **Sæculum – Revista de História**, v. 38, n. 38, p. 243, 30 jun. 2018.

BOURDIEU, Pierre. O capital social – notas provisórias. *In*: NOGUEIRA, Maria Alice; CATANI, Afrânio (org.). **Escritos de educação**. 15. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014. p. 73-78.

⁷ As leis de autoria de Henriette Amado constam do site da Câmara Municipal do Rio de Janeiro: <https://www.camara.rio/> (Atividade Parlamentar > Legislação > Legislação Municipal > Leis Ordinárias).

BRASIL. Câmara Municipal do Rio de Janeiro. **Lei Ordinária nº 2.367, de 20 de setembro de 1995**. Dá o nome de Henriette de Holanda Amado a uma unidade pública da rede municipal de ensino público. Disponível em: <https://www.camara.rio/atividade-parlamentar/legislacao/municipal/leis-ordinarias>. Acesso em: 16 set. 2024.

CARMO, Alessandro Xavier do. **Henriette Amado e seu legado no Colégio Estadual André Maurois**. 2018. 87 p. Dissertação (Mestrado em Educação) — Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2018.

CASTRO, Mônica. O Pasquim. *In*: Centro De Pesquisa E Documentação De História Contemporânea Do Brasil. **Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro**. Disponível em: <https://www18.fgv.br/CPDOC/acervo/dicionarios/verbete-tematico/pasquim-o>. Acesso em: 12 ago. 2024.

CENTRO DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO DE HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA DO BRASIL. Alfredo Buzaid. *In*: _____. **Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro**. Disponível em: <https://www18.fgv.br/CPDOC/acervo/dicionarios/verbete-biografico/bu-zaid-alfredo>. Acesso em: 12 ago. 2024.

_____. Floriano Peixoto Faria Lima. *In*: _____. **Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro**. Disponível em: <https://www18.fgv.br/CPDOC/acervo/dicionarios/verbete-biografico/floriano-peixoto-faria-li-ma-2>. Acesso em: 12 ago. 2024.

DALLABRIDA, Norberto. As classes secundárias experimentais: uma tradição escolar (quase) esquecida. **Revista Brasileira de História da Educação**, Maringá-PR, v. 17, n. 3 (46), p. 196-218, jul./set. 2017.

FERREIRA, Marieta de Moraes. Diário de Notícias (Rio de Janeiro). *In*: Centro De Pesquisa E Documentação De História Contemporânea Do Brasil. **Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro**. Disponível em: <https://www18.fgv.br/CPDOC/acervo/dicionarios/verbete-tematico/diario-de-noticias-rio-de-janeiro>. Acesso em: 12 ago. 2024.

FORQUIN, Jean-Claude. Saberes escolares, imperativos didáticos e dinâmicas sociais. **Teoria & Educação**. n. 5. Porto Alegre, RS: Pannonica Editora, 1992. p. 28-49.

FORTUNATO, Ivan; PORTO, Maria do Rosário Silveira. Das inspirações de A. S. Neill ao centenário de Summerhil: liberdade, autogoverno e felicidade. **História da Educação**, v. 27, 2023.

HENRIETTE de Hollanda Amado. 2 set. 1971. Localização: Arquivo Nacional - Banco de Dados Memórias Reveladas - Ministério da Justiça, Serviço Nacional de Informações, Processo nº 1471, Código de Referência: BR DFANBSB V8.MIC, GNC.CCC.82006516.

HENRIETTE: os jovens não podem ser violentados. **Tribuna da Imprensa**, Rio de Janeiro, p. 9, 20 jun. 1980.

LEAL, Carlos Eduardo. Correio da Manhã. *In*: Centro De Pesquisa E Documentação De História Contemporânea Do Brasil. **Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro**. Disponível em: <https://www18.fgv.br/CPDOC/acervo/dicionarios/verbete-tematico/cor-reio-da-manha>. Acesso em: 12 ago. 2024.

LEAL, Carlos Eduardo. Tribuna da Imprensa. *In*: Centro De Pesquisa E Documentação De História Contemporânea Do Brasil. **Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro**. Disponível em: <https://www18.fgv.br/CPDOC/acervo/dicionarios/verbete-tematico/tribuna-da-imprensa-a>. Acesso em: 12 ago. 2024.

LÔBO, Yolanda Lima. D. Myrthes: a secretária de educação e cultura da fusão. *In*: **Anais do II congresso brasileiro de história da educação – memória da educação brasileira**. Natal/RN: Sociedade Brasileira de História da Educação, 2002.

LOBO NETO, Francisco José da Silveira. Gilson Amado. *In*: FÁVERO, Maria de Lourdes Albuquerque; BRITTO, Jader de Medeiros (org.). **Dicionário de Educadores no Brasil: da colônia aos dias atuais**. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora UFRJ / MEC-Inep-Comped, 2002. p. 420-424.

MARTINS, Maria do Carmo. Reflexos reformistas: o ensino das humanidades na ditadura militar brasileira e as formas duvidosas de esquecer. **Educar em Revista**, n. 51, p. 37-50, mar. 2014. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/s0104-40602014000100004>. Acesso em: 28 jul. 2024.

MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO. Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro. **Decreto nº 15.254, de 14 de novembro de 1996**. Reconhece como logradouros públicos da Cidade do Rio de Janeiro os logradouros que menciona. Disponível em: <https://leismuni-cipais.com.br/a/rj/r/rio-de-janeiro/decreto/1996/1526/15254/decreto-n-1-5254>

-1996-rec-onhece-como-logradouros-publicos-da-cidade-do-rio-de-janeiro-os-logradouros-q ue-menciona?q=15.254. Acesso em: 20 dez. 2024.

PINTO, Diana Couto. Gildásio Amado. *In*: FÁVERO, Maria de Lourdes Albuquerque; BRITTO, Jader de Medeiros (org.). **Dicionário de Educadores no Brasil: da colônia aos dias atuais**. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora UFRJ / MEC-Inep-Comped, 2002. p. 414-419.

SANTOS, Pablo Silva Machado Bispo dos. A construção da educação fluminense e o Centro Educacional de Niterói (CEN) dos anos de 1960-1970: O papel de Armando Hildebrand e Myrthes Wenzell. **Revista Contemporânea de Educação**, v. 8, n. 15, p. 219-233, 2013.

SPITZ, Eva. O Daime em visão teatral. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, p. 47, 12 abr. 1990.

UNIR vida-escola é o objetivo do André Maurois. **Correio da Manhã**, Rio de Janeiro, p. 5, 16 out. 1969.

SOBRE O AUTOR

Possui graduação e licenciatura em Letras, especialização em literatura infantil e juvenil e mestrado em Educação pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. É doutorando em Ciências Humanas - Educação pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, na linha de pesquisa “Desigualdades Sociais, Políticas Públicas e Instituições”, sendo membro do grupo “Educação, História e Comunicação”, coordenado pela Profa. Dra. Patrícia Coelho da Costa. Professor do Departamento de Francês no *Campus* Realengo II do Colégio Pedro II, onde ainda participa do Núcleo de Estudos Franco-Brasileiros.